



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**Ministério Público do Trabalho**  
**Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região**

**Concurso para Estagiário 2007 - 03/março**

Caro(a) candidato(a):

**Instruções:**

- Cada questão objetiva valerá 1,5 (um e meio) ponto e a dissertação 25 (vinte e cinco) pontos, totalizando 70 (setenta) pontos;
- A prova oral valerá 30 pontos;
- Só farão a prova oral os candidatos que obtiverem, em número inteiro, mais de 50% em cada parte da prova escrita, ou seja, 23 (vinte e três) pontos na objetiva e 13 (treze) pontos na subjetiva;
- O resultado da 1ª prova será divulgado no dia 07/03/2007;
- Consideram-se aprovados os candidatos que obtiverem mais de 50% das provas escrita e oral, ou seja, 51 (cinquenta e um) pontos, sendo 36 (trinta e seis) na prova escrita e 15 (quinze) na oral;
- O resultado final será divulgado no dia 16/03/2006.

**Orientações:**

- As respostas deverão ser formuladas em caneta, com tinta na cor azul ou preta. As respostas a lápis simplesmente serão desconsideradas;
- Não será permitida qualquer consulta à legislação, doutrina e jurisprudência;
- Não borre as folhas de respostas;
- Desligue o celular ou qualquer outro aparelho eletrônico;
- Observe o que se pede e responda. Na questão dissertativa, serão considerados os aspectos gramaticais, ortográficos e domínio da língua portuguesa, além do natural fundamento jurídico. A intelecção da questão faz parte do próprio certame;
- Duração da prova: 04 horas.

## Direito Constitucional

01. Com base no art. 5º da Constituição Federal, assinale a **verdadeira** a propósito do direito de propriedade:
- a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e posterior indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;
  - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
  - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família ou grupo indígena, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;
  - é garantido o direito de propriedade, que deve atender à sua função social, salvo por necessidade econômica.
02. Observe e assinale conforme o que se pede:  
Segundo a CF/88, a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:
- privação ou restrição da liberdade;
  - perda de bens, observado o devido processo legal;
  - multa, ressalvado o caso de infração por empresas;
  - prestação social alternativa, fixada pelo juiz ou autoridade administrativa competente;
  - suspensão ou interdição de direitos.
- Encontram-se **verdadeiras** as assertivas:
- I, II e IV;
  - I, II e V;
  - I, IV e V;
  - I, III, IV e V.
03. O devido processo legal constitui uma das garantias constitucionais históricas, sendo essencial para a eficácia dos direitos fundamentais. Dele derivam várias cláusulas, que a CF/88 fez questão de assegurar expressamente. Pelo texto constitucional, é **falsa** a afirmativa:
- ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
  - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
  - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo quando autorizadas pelo juiz;
  - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
04. A CF/88, seguindo o modelo de outras Constituições, trata de ações constitucionais voltadas à defesa de direitos fundamentais, numa escolha do que lhe pareça ser axiologicamente apropriado para a sociedade. Partindo-se desse modelo, **não** se pode afirmar:
- conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
  - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
  - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
  - ação civil pública é modalidade de ação coletiva ajuizável pelo Ministério Público, na defesa de interesses difusos e coletivos, não podendo ser utilizada para a defesa de interesses individuais homogêneos.
05. Estabelece a CF que Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios ali expressos. Dentre eles, **não** está literalmente previsto o disposto na seguinte alínea:
- Ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;
  - o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal;
  - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;
  - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.

## Direito Processual do Trabalho

06. Muito discutida, por força da EC 45, é a nova competência da Justiça do Trabalho, a propósito da qual a jurisprudência ainda vem se firmando. Recentemente, o STF se pronunciou em sede de controle concentrado de constitucionalidade, dando interpretação ao art. 114, CF, em caráter liminar. Deste modo, atualmente, **não** se pode afirmar como verdadeiro:

- a) a Justiça do Trabalho pode julgar mandado de segurança e ações ordinárias ajuizadas contra atos de autoridades administrativas que envolvam fiscalização do trabalho;
- b) falece competência à Justiça do Trabalho apreciar matérias criminais, embora o Ministério Público do Trabalho possa atuar em matéria penal, desde que haja pertinência com relação de trabalho, pois a ação penal é da alçada primária de todos os ramos do Ministério Público;
- c) a indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho é da alçada da Justiça do Trabalho;
- d) a Justiça do Trabalho pode processar mandado de injunção, quando a matéria a ser regulamentada for de natureza trabalhista.

07. Assinale a **incorreta**:

- a) a compensação, ou retenção, só poderá ser argüida como matéria de defesa;
- b) é lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o Juízo conciliatório;
- c) somente os Procuradores das partes poderão consultar, com ampla liberdade, os processos nos cartórios ou secretarias;
- d) o termo de conciliação equivale a sentença transitada em julgado, sendo atacável por ação rescisória, conforme já sumulado pelo TST.

08. Assinale a alternativa **correta**:

- a) nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência;
- b) mesmo em matéria de defesa, nenhuma outra exceção poderá ser alegada;
- c) das decisões interlocutórias trabalhistas cabe agravo de instrumento;
- d) as ações de rito sumaríssimo, no Processo do Trabalho, não admitem reconvenção, mas aceitam o pedido contraposto, por analogia da Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais).

09. Assinale a **incorreta**:

- a) se, até 10 minutos após a hora marcada, o Juiz ou Presidente não houver comparecido para a

audiência, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências;

- b) do registro das audiências poderão ser fornecidas certidões às pessoas que o requeram;
- c) incumbe ao empregador provar a justa causa do empregado;
- d) não é mais possível falar-se em divisão no ônus da prova entre as partes, considerando o princípio da imparcialidade da jurisdição, primado de natureza e *status* constitucional.

10. Assinale a afirmativa **correta**:

- a) As sentenças proferidas pelas Varas do Trabalho deverão ser líquidas, sempre que o autor apresentar pedido certo e líquido;
- b) a decisão trabalhista será proferida após as razões finais, depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação;
- c) ao julgar o Dissídio Coletivo, caso a sentença não tenha sido proferida em audiência, a Vara do Trabalho intimará as partes, iniciando-se daí o prazo para recurso;
- d) quando a decisão não concluir pela procedência do pedido, determinará o prazo e as condições para o seu cumprimento;

## Direito Processual Civil

11. Tratando-se da jurisdição e da ação, está **incorreto**:

- a) a jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes, em todo o território nacional, conforme as disposições estabelecidas no CPC;
- b) para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade;
- c) ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei ou fizer juntar aos autos procuração pública;
- d) nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.

12. Quanto ao Ministério Público, marque a alternativa **incorreta**:

- a) o Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes;
- b) intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;
- c) quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo;

d) o órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com culpa, dolo ou fraude.

reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido.

13. Assinale a alternativa **correta**:

- a) as causas cíveis serão processadas e decididas, ou simplesmente decididas, pelos órgãos jurisdicionais, nos limites de sua competência, ressalvada às partes a faculdade de instituírem juízo arbitral;
- b) determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria, da hierarquia e do território;
- c) a competência, em razão do valor e do território, não poderá modificar-se pela conexão ou continência;
- d) havendo conexão ou continência, é ônus das partes ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.

14. Tratando-se de recursos no CPC, está **incorreto**:

- a) dos despachos não cabe recurso;
- b) o juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal;
- c) das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo de instrumento;
- d) o Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral.

15. Assinale a alternativa **correta**:

- a) quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o juiz determinará o cumprimento da sentença, no prazo de quinze dias. Em caso de descumprimento pelo devedor, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento;
- b) é definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo;
- c) não sendo requerida a execução no prazo de seis meses, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido de terceiro interessado;
- d) a execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, correndo por iniciativa, conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for

## Direito Civil

16. O Código Civil brasileiro possui como nota(s) marcante(s), na visão de seus autores:

- a) o aproveitamento de regras precedentes que não perderam o caráter legal, continuando a vigorar, desde que compatíveis com o texto atual;
- b) socialidade e eticidade, atendendo-se as exigências da boa-fé e da probidade;
- c) valores éticos e filosóficos ligados ao holismo;
- d) a adoção dos processos hermenêuticos herdados do positivismo clássico.

17. Sobre o dolo é possível se afirmar:

- a) o acidental só obriga à satisfação de perdas e danos;
- b) se ambas as partes procedem com dolo, qualquer delas pode suscitá-lo para anular o negócio jurídico;
- c) o dolo de terceiro não pode anular o negócio jurídico;
- d) o silêncio intencional constitui causa de elisão do dolo.

18. Assinale a resposta **incorreta**:

- a) a exceção prescreve no mesmo prazo da pretensão;
- b) os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo das partes;
- c) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor;
- d) o Ministério Público não pode alegar a prescrição.

19. A obrigação solidária:

- a) pode ser presumida, desde que resultante da lei;
- b) pode ser resultante de contrato;
- c) pode ser pura e simples, mas nunca condicional;
- d) pode ser condicional, mas nunca simples.

20. De acordo com o texto legal, incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal:

- a) desde que deixe de cumprir a obrigação de forma culposa;
- b) desde que se constitua em mora;
- c) desde a citação válida;
- d) em qualquer hipótese, salvo se tenha agido de boa-fé.

## Direito Administrativo

21. Com relação aos princípios constitucionais expressos da Administração Pública, está **correto**:
- a) na hipótese de colisão entre esses princípios, os mesmos não se excluem, uma vez que são dotados de valor ou razão, admitindo a adoção do critério da ponderação de interesses, cabendo ao intérprete, na solução do conflito, a atribuição de grau de preponderância a um deles;
  - b) o princípio da legalidade, sendo diretriz básica da Administração Pública, subordina a conduta de todos os seus agentes à lei, com exceção da prática de atos discricionários, onde o administrador é livre para atuar de acordo com a sua conveniência e oportunidade;
  - c) o princípio da moralidade administrativa, uma vez vulnerado, implica, necessariamente, no ferimento dos princípios da impessoalidade e da legalidade estrita;
  - d) o princípio da publicidade impõe ao administrador a divulgação ampla de seus atos, viabilizando o controle, pelos administrados, da legitimidade da conduta dos agentes administrativos, sendo tal divulgação condição *sine qua non* para o ajuizamento de ação tendente à anulação dos mesmos.
22. Com relação aos Poderes administrativos está **incorreto**:
- a) os poderes administrativos representam um conjunto de prerrogativas especiais de direito público, conferidas aos agentes administrativos pelo ordenamento jurídico, com o fim de permitir que o Estado alcance seus fins;
  - b) conveniência e oportunidade são os elementos nucleares do poder discricionário;
  - c) o poder vinculado como antagônico ao poder discricionário (Hely Lopes Meireles), ou as atividades vinculadas (Diógenes Gasparini e Maria Sílvia Zanella Di Pietro), representam atividades administrativas cuja execução está inteiramente definida na lei, não restando ao administrador portar-se de forma diversa;
  - d) a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade, é incompatível com o Estado Democrático de Direito.
23. Tratando-se da Administração Pública Direta e Indireta, assinale a alternativa **incorreta**.
- a) sendo a Administração direta própria das pessoas políticas da federação, temos que a mesma é composta na esfera federal, dentre outros órgãos, pela Presidência da República e Ministérios; na esfera estadual, pelas Secretarias Estaduais e Governadoria do Estado e na esfera municipal pela Prefeitura e Secretarias Municipais;
  - b) a atuação de forma centralizada está intimamente ligada ao conceito de Administração Direta, ao passo que a forma de ação descentralizada vincula-se, essencialmente, à Administração Indireta;
  - c) as agências reguladoras, sendo definidas por lei como autarquias de regime especial, vinculadas diretamente aos Ministérios, fazem parte da Administração Pública Direta da União;
  - d) a Administração Pública Indireta compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas.
24. Tratando-se de Servidor Público, assinale a alternativa **correta**.
- a) Regime Jurídico Estatutário é o conjunto de regras que regulam a relação jurídica funcional entre o servidor público estatutário e o Estado, a partir da aprovação do mesmo em concurso público;
  - b) na contratação pelo Regime Trabalhista, a relação funcional do servidor público com o Estado é regida pela CLT;
  - c) a investidura em cargo público depende, na dicção constitucional brasileira, de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, excepcionando-se a contratação no regime trabalhista (CLT) pelas sociedades de economia mista, que poderão contratar servidores mediante processo de seleção pública simplificada;
  - d) o contrato de trabalho do empregado público federal, por prazo indeterminado, somente será rescindido na hipótese de falta grave.
25. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, Lei nº 8.112/90, está **incorreto**:
- a) servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público;
  - b) cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor;
  - c) são requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros:
    - I - a nacionalidade brasileira;
    - II - o gozo dos direitos políticos;
    - III - a idade mínima de dezesseis anos.
  - d) às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

## Direito do Trabalho

26. É uma característica dos princípios do Direito do Trabalho destacada pela doutrina de Plá Rodrigues:
- o amorfismo;
  - a uniformização;
  - a universalização;
  - a positivação.
27. **Não** compõe o leque de princípios da Ciência do Direito do Trabalho:
- primazia da realidade;
  - razoabilidade;
  - proteção;
  - onerosidade.
28. A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:
- com o uso de equipamentos de proteção individual, independente da diminuição da intensidade do agente agressivo;
  - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
  - após decisão judicial;
  - somente após perícia técnica da DRT.
29. Sobre a duração do trabalho é **correto** afirmar:
- O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução;
  - O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho, somente quando tratar-se de local de difícil acesso e o empregador fornecer a condução;
  - O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução;
  - O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
30. Assinale a resposta **correta**:
- a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados;
  - se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado;
  - na fêlência constituirão créditos privilegiados a totalidade dos salários devidos ao empregado e a totalidade das indenizações a que tiver direito;
  - na vigência do contrato de trabalho, as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal e da instalação ou equipamento fornecidos pelo empregador, serão de propriedade comum, em partes iguais, salvo se o contrato de trabalho tiver por objeto, implícita ou explicitamente, pesquisa científica.







